

José Madureira Pinto

Sobre as ideologias do campesinato em Portugal:

notas para um projecto de investigação

I

JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO

Qualquer trabalho de investigação sobre as classes sociais em Portugal, designadamente no «meio rural», não poderá deixar de incluir como sua peça fundamental um estudo das «ideologias do campesinato» (*). E porquê?

a) Razões eminentemente teóricas: Se a análise das relações de produção no campo (através nomeadamente da distinção entre propriedade jurídica e relações de disposição/controlo dos meios de produção) nos pode fornecer elementos essenciais para uma divisão teoricamente fundada do campesinato em classes, a restituição da determinação estrutural destas jamais se esgotará no nível económico. A correcta definição do lugar ocupado pelas várias classes e fracções de classe do campesinato no conjunto das relações ideológicas de uma formação social é componente indispensável da referida determinação estrutural.

b) Razões eminentemente práticas: É a partir das formas de inteligibilidade características do «mundo rural» que o «processo revolucionário» português aí adquirirá *sentido*; conseqüentemente, será ainda a partir delas que as acções práticas (políticas) destinadas a transformar as relações sociais no campo serão *avaliadas*. Por outro lado, a «revolução cultural», cuja urgência tão insistentemente se vem afirmando, por consistir basicamente num trabalho de transformação da «consciência» dos homens não poderá fazer-se na ausência de um conhecimento rigoroso da «matéria-prima» sobre que incide. E esta tem a ver, obviamente, com as ideologias.

(*) As presentes notas foram elaboradas com vista a um projecto de investigação autónomo, mas associado a um outro projecto sobre «Estruturas e relações sociais no campo, arrendamento rural e reforma agrária», que está a ser executado no Gabinete de Investigações Sociais.

II

ELEMENTOS PARA UMA TEORIA (MATERIALISTA) DAS IDEOLOGIAS

1. Se aceitarmos que a caracterização da «natureza» do ideológico é inseparável da sua articulação com todos os níveis da sociedade, nomeadamente com o económico que, em última instância, o determina, deveremos concluir que só no âmbito de uma problemática sociológica *materia- lista* é possível construir uma *teoria* das ideologias.

Embora opondo-se estruturalmente à problemática da «acção humana» que, por idealista, não chega a constituir as ideologias em *problema socio- lógico*, a problemática marxista parece não ter produzido ainda uma rede conceptual adequada a um seu conhecimento científico: assinalam-se *co-variações* entre circunstâncias ligadas à «base material» das sociedades e «formas de consciência», mas estão por construir os operadores teóricos que articulem umas e outras numa matriz de *relações de causalidade* (estrutural e não pontual, já se vê). Assumir em todos os momentos do trabalho de investigação sobre as ideologias a intenção metodológica contida na cláusula da «determinação em última instância» será, pois, condição necessária para a definição das «razões de ser» (Marx) das ideologias (1).

Creemos existir no interior do marxismo um verdadeiro recalçamento desta questão, em benefício exclusivo de uma outra (aliás, ligada também à articulação de instâncias) que é a da *eficácia* do ideológico, vista na perspectiva da *reprodução das relações de produção*.

2. Ter em conta a *especificidade* do funcionamento do ideológico é outra das condições necessárias à construção de uma teoria das ideologias. A identificação, aliás frequente, das ideologias (sistemas ideológicos) com o conjunto heterogêneo das *manifestações* ideológicas observáveis numa formação social, ou seja, a confusão entre o que é do plano da *produção* e o que é do plano da *expressão* do sentido, tem impedido que claramente se delimite essa especificidade. A definição de prática ideológica como «transformação de uma dada consciência numa nova consciência produ- zida» (Althusser, Herbert, Poulantzas) é justamente um dos sintomas dessa incapacidade: com tal definição aponta-se o que é específico do *processo de socialização* (instância adicional de uma formação social? — Verón, Bourdieu) e não o que é específico do ideológico.

A caracterização diferencial do trabalho ideológico («investimento» de sentido nas matérias significantes) impõe-nos, evidentemente, a análise dos elementos (matéria-prima, meios de trabalho, produtos) que o integram. O conjunto de regras semânticas constitutivo das ideologias (e, portanto, da inteligibilidade social) localiza-se justamente ao nível dos meios de trabalho da prática ideológica. Embora tendo em conta as restrições impostas pelas várias matérias significantes, são essas regras que comandam a «lógica» implícita nas manifestações ideológicas, a título de condições dominantes da sua produção.

(1) Satisfazer esta condição impõe evidentemente uma crítica do obstáculo utilitarista ligado à noção de *interesses de classe*.

3. Importa assinalar agora algumas propostas teóricas que têm tentado compactificar as lacunas registadas nos números anteriores.

A propósito da articulação entre instâncias, vale desde logo a pena tentar um balanço crítico do modo como a questão da eficácia do ideológico tem sido posta. Em certas das formulações de Verón, Bettelheim, Herbert parece surgirem sintomas seguros de que essa eficácia pode ser entendida de uma maneira que escape à problemática da «reprodução das relações de produção»: o ideológico surgiria nessa perspectiva como dimensão *constitutiva* da globalidade de uma formação social e, portanto, do próprio processo de apropriação material da natureza.

A tentativa de «desmultiplicação» da cláusula da «determinação em última instância» parece, entretanto, bastante mais complexa. Mesmo afirmando à partida (como aliás será correcto) a impossibilidade de resolver teoricamente o problema no estrito terreno da sociologia (lembre-se, a este propósito, o contributo decisivo da Psicologia Genética de Jean Piaget), é urgente ir prevendo os instrumentos conceptuais que nos restituam a *dimensão sociológica* do processo de semantização das «condições materiais de existência». O conceito de «habitus» (Bordieu), por um lado, a distinção entre *ideologias técnicas e especulativas* (Herbert), por outro, são passos importantes nesse sentido (a partir daquele conceito e desta distinção, adquirirão particular importância, no contexto de uma *teoria materialista das ideologias*, quer as passagens do *Capital* sobre as características do trabalho humano de transformação da natureza, quer as da *Ideologia Alemã* sobre as «condições naturais e sociais da consciência»).

Dado que os efeitos das ideologias técnicas se repercutem fundamentalmente no nível das forças produtivas e os das ideologias especulativas no das relações de produção, importaria averiguar das possíveis relações de causalidade (determinação/dominação) entre umas e outras. Não espanta que se possa vir a demonstrar a homologia entre essas relações e as que justamente se estabelecem entre forças produtivas e relações de produção.

4. É no âmbito de uma linguística em ruptura com a problemática saussuriana e no de uma *semiologia* incapaz de definir com precisão o seu objecto teórico que, de forma quase sempre imprecisa, se começa a designar os *discursos* como lugar de articulação de fenómenos eminentemente linguísticos com processos extra-linguísticos, nomeadamente ideológicos. Terá sido porém no campo da chamada *análise do discurso* que mais terá avançado o esforço de teorização nesse sentido. As propostas de D. Slatka (competência ideológica/competência linguística), A. Culioli, R. Robin, etc., mas, sobretudo, a de M. Pêcheux (processo discursivo/processo de enunciação), ao precisarem o que, na análise do discurso, se refere ao funcionamento material da língua e o que lhe é relativamente exterior mas está na «origem» da produção do efeito de sentido, dão afinal um contributo decisivo para a definição do que constitui a especificidade do trabalho ideológico.

III

PREVENÇÃO METODOLÓGICA

Não devem as questões enunciadas nos números anteriores ser entendidas como balizas de um percurso de análise exclusivamente teórico: tomar

a sério a cláusula da «determinação em última instância», por um lado, definir a especificidade do trabalho ideológico, por outro, têm implicações directas em qualquer pesquisa empírica sobre as ideologias. Porquê?

a) Se se admite que a relação pensada (imaginária) dos sujeitos sociais com as suas reais condições de existência é, em última instância, determinada por estas, importa começar por estabelecer todo o tipo de regularidades sociais que as restituam, distinguindo, no mínimo, as que directamente se reportam ao processo de trabalho e relações de produção das que se referem ao modo de circulação de manifestações ideológicas (processo de socialização). Para que tal objectivo se cumpra, deverá privilegiar-se a utilização de técnicas de observação que, justamente, *não* apelem para as formas de inteligibilidade e portanto para os discursos dos sujeitos sobre as suas reais condições de existência (*).

b) A definição, no contexto da análise do discurso, da especificidade do trabalho ideológico repercute-se também no nível das técnicas de investigação ou, talvez mais rigorosamente, no do controlo metodológico da sua utilização: a partir de formulações teóricas sobre o discurso como a de M. Pêcheux, fica, quanto a nós, seriamente posto em causa o alcance de técnicas como a «análise de conteúdo», «semântica quantitativa», etc., tradicionalmente accionados com o objectivo de restituir a significação (explícita) do material linguístico recolhido no contexto da investigação empírica.

IV

SUGESTÕES PARA UM «TRABALHO NO TERRENO»

A invenção e definição precisa do objecto de uma pesquisa empírica sobre as ideologias do campesinato em Portugal exige um contacto directo e prolongado com situações reais que, à partida, se possam considerar sugestivas, quando não exemplares.

Porque são escassas as informações obtidas desse modo pelo autor deste projecto, escassas são também (e, mesmo assim, «teoricamente derivadas» apenas) as sugestões que a seguir se avançam.

Poderia ser esta a «*ideia orientadora*» dum futuro trabalho no terreno: não é só através de opiniões mais ou menos elaboradas sobre temas ligados à «política», à «moral», à «religião», à «lei», à «arte», etc. (os «grandes temas sociais») que se revelam as formas de inteligibilidade mais ou menos compartilhadas pelo campesinato; dada a presumível relação entre ideologias especulativas e ideologias técnicas será de admitir, com efeito, que também ao nível da semantização do processo de produção, nomeadamente ao nível do discurso sobre o «modo de emprego» dos meios de produção, essas formas de inteligibilidade se exprimam.

Assim, a maneira como, por exemplo, é racionalizada, com argumentos «técnicos», a rejeição de certos métodos de cultivo bem como o significado que se atribui a certas noções e operações contabilísticas decorrentes

(*) Situa-se aqui um dos óbvios pontos de convergência entre este e outros projectos sobre a estrutura de classes em Portugal.

de contratos de arrendamento ou de trabalho poderão ser extremamente elucidativos do *trabalho* do ideológico: um trabalho de produção de sentido que, aparentemente está acima ou fora das ideologias.

Uma investigação no terreno orientada predominantemente nesta direcção, para além de poder demonstrar empiricamente certas proposições teóricas atrás esboçadas, teria a vantagem de evitar, pelo menos parcialmente, os naturais encobrimentos que a «delicadeza» dos «grandes temas sociais» normalmente promove nos enunciados linguísticos que se lhe reportam.

Porto, Junho de 1975.